

MARIA HELENA DE AMORIM WESLEY

**BREVES REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO DAS
TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NA FAMÍLIA
BRASILEIRA**

RIO DE JANEIRO

1995

“ESTE TRABALHO REFLETE A OPINIÃO DA AUTORA E NÃO NECESSARIAMENTE A DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA”.

AUTORIZO A DIFUSÃO DESTE TRABALHO PELA ESG.

MARIA HELENA DE AMORIM WESLEY

DEDICATÓRIA

*Ao colega Cel Av Carlos Alberto Jacques e Adalgisa de Jesus Viégas,
como forma de vencer a morte e recolocá-los entre nós.*

AGRADECIMENTOS

Todo trabalho escrito não pode ser considerado de um indivíduo. Para ser concretizado, são carreados os esforços de inúmeras pessoas que se incorporam ao ato de gestar toda a energia empregada, no sentido de fazer vir a luz pensamentos, experiências, problemas e possíveis soluções.

*Na impossibilidade de agradecer a cada um dos que compõem esta casa, e a fim de não cometer injustiça, agradeço à Escola Superior de Guerra pela oportunidade **única** que tive de expressar meus pontos de vista, minhas opiniões, fazendo colocações nem sempre coerentes com os objetivos da Escola, mas sempre respeitadas e analisadas com paciência e elegância, estimulando a curiosidade que caracteriza a busca do conhecimento, corrigindo rumos quando eu não conseguia estabelecer analogias profissionais com as metas desta casa.*

Agradeço, em especial, à minha família, Daniela e Anibal pela compreensão que sempre demonstraram na vida privada, em que devo parecer sempre mais interessada na busca de algum ramo do conhecimento do que na área doméstica, transformada por mim em objeto de estudo.

RESUMO INFORMATIVO

O Propósito deste trabalho considera relevante o momento de profunda transformação mundial que transcende o momento da crise da família, considerando-se que a emergência de uma lógica civilizatória, pautada em novos valores, novos modelos de organização social, novos padrões de acumulação e, concomitantemente, na aglutinação de tensões e rupturas, forma o sentido da expressão mudança algo não definido e não previsível.

A aceitação dessa situação, concorre para o rompimento da estrutura social, perceptível no fim das certezas e das verdades que orientavam os pensamentos, as ações, e no esmaecimento dos paradigmas científicos, especialmente nas Ciências Sociais, que já não conseguem explicar ou oferecer alternativas atuais.

O esvaziamento dos paradigmas científicos apontam para opções originadas muito mais na prática do que na construção científica, o que implica que aqui só se pode refletir sobre questões encontradas nas frustrações das aspirações humanas, expressadas na contínua perversidade sistêmica que reproduz a pobreza e o amalgamento do indivíduo, desamparado pela legalidade imoral que inviabiliza o exame desta instituição somente no âmbito interno de uma Expressão do Poder Nacional - Expressão Psicossocial -, posto que a família é considerada instrumento vital para o bem-estar sob o paradigma da justiça e da igualdade.

As transformações vivenciadas têm como elementos constitutivos a revolução tecnológica relacionada à mudança na forma de produção e organização do trabalho, e ligada à microeletrônica na comunicação - correspondente a uma lógica de dominação - criam novas estruturas de relacionamentos que destroem resoluções de conter a comunidade doméstica nos limites do privado.

As transformações contemporâneas, com sua velocidade acentuada pelas redes técnicas, constituem-se elemento essencial na alteração das relações sociais e de poder, nas mudanças das formas de produção, possibilitando a difusão instantânea da informação no mundo, encurtando espaços, anulando o tempo histórico e efetuando a globalização de valores culturais, que constituem dialeticamente a diferença fragmentária da

família, na medida em que o acesso a tecnologia é seletivo e funda-se nas condições materiais dos recursos, do capital humano e da potencialidade política dos diferentes segmentos sociais.

O processo globalizante-fragmentário pode significar uma tendência flexibilizante e de democratização do sistema capitalista, mas pode, igualmente, materializar um pendor a maiores desigualdades e exclusões do sistema, pondo a descoberto a imprevisibilidade anteriormente colocada.

Considerar-se-ão, assim, a realidade familiar e os óbices para a permanência da instituição familiar tradicional, espelhados na turbulência presente nas expressões do Poder Nacional, para posteriormente se traçar o perfil de uma proposta político-estratégica, coerente com o contexto, fundada nos conceitos doutrinários, onde o Estado, como produto da criação humana, deve estar a serviço do homem na busca de realizações efetivadas nas relações sociais, fundadas na família.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO.....	07
-----------------	----

CAPÍTULO II

2. - A ORGANIZAÇÃO DA FAMÍLIA E AS TRANSFORMAÇÕES NA VIDA PRIVADA.....	13
2.1 - CIÊNCIA E ÉTICA.....	20
2.2 - INFLUÊNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.....	23

CAPÍTULO III

3. - A SOCIEDADE BRASILEIRA E AS TRANSFORMAÇÕES NOS GRUPOS DOMÉSTICOS.....	26
3.1 - COMUNIDADES RURAIS E POPULAÇÕES HELIÊUTICAS.....	35
3.2 - SOCIEDADE URBANA.....	42

CAPÍTULO IV

4. - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
4.1 - POLÍTICA E ESTRATÉGIA.....	46
4.2 - CONCLUSÃO.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	54

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

“A existência só se concretiza na descoberta da fusão do pensamento com a matéria, efetivada no deslumbramento desdobrado do prazer e da vida encontrados no conhecimento, que dá sentido à realidade despindo o ser de suas vaidades para vesti-lo de humanidade. Na descoberta, é dado significado a revelação do desconhecido, o sem nome, sem forma, sem sujeito. Como chave para a descoberta, o conhecimento se constitui em descobridor, que por uma lógica pode se arvorar todos os direitos: o que descobre lhe pertence, nomeia, conforma, e é sujeito da descoberta, pois revela o que não existia. Sendo a revelação um ato demiúrgico, o descobridor é quase um criador. Saber a emblemática desta demiurgia dá sentido a existência partilhada com o seu criador”.

(Wesley, 5/95)

A universidade da organização doméstica descoberta pelos antropólogos, permitiu considerar a profunda influência das transformações ocorridas nas sociedades em todo o mundo, que resultaram no aparecimento de novas organizações familiares.

A emergência dessas novas manifestações trouxeram em seu bojo, a dificuldade de reportar-se àqueles que se dedicaram aos estudos dessa temática, além do que, a abordagem desta nos vários campos científicos, dá a idéia, não só da pertinência

desses trabalhos, bem como da absoluta impossibilidade de uma visão retrospectiva, face os limites da tarefa aqui desempenhada.¹

A Antropologia caracterizada como ciência que recorre à memória social para a reconstrução da história de segmentos sem história, procura sempre refletir a fidelidade dos acontecimentos e fatos atestantes de uma realidade. Assim, a conduta científica aqui adotada, prender-se-á ao fato de acreditar-se que a existência humana, em suas múltiplas facetas, contém uma essencialidade consignada nas relações com as estruturas sociais existentes na cotidianidade, que se torna um óbice à percepção de uma fronteira clara em determinados momentos entre o público e o privado, elementos costumeiramente identificadores no estudo da instituição familiar.

O presente estudo buscará, portanto, manter em seu decorrer, uma interação dialética com o objeto de interesse, considerado trabalho individual, mas inserido na proposição a ser demonstrada, na medida em que, qualquer fato social exposto nas Ciências Sociais, estabelece, prioritariamente, uma relação que pressupõe que toda pesquisa social faz de si mesma um objeto, deixando subentendido que os próprios métodos e conceitos empregados podem redundar no afastamento da objetividade. Ademais, o pesquisador, ao observar, descrever e analisar, é também objeto de observação, descrição e análise, fazendo da introspecção um método válido para a produção do conhecimento objetivo, que age como neutralizador de preconceitos e hábitos intelectuais tendenciosos e excêntricos do observador.

¹ Este estudo foi extraído e adaptado do Projeto de Tese em andamento para fins de Doutorado, sob o Título “O IMPACTO DAS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NA FAMÍLIA BRASILEIRA”.

O método, assemelhado a uma via seguida pelo pesquisador, compõe-se de procedimentos técnicos constituintes da parte funcional da pesquisa, objetivando melhor apreensão do problema a que se dirige, e que nas Ciências Sociais, diante do caráter efêmero do seu objeto, privilegia o método qualitativo, composto de um conjunto de técnicas que priorizam o discurso dos depoentes.

Essa postura do cientista social contemporâneo, não dispensa as técnicas quantitativas, fornecedoras das bases para definições sócio-históricas que abarcam a subjetividade e a objetividade.

Ao centrar considerações sobre a família - primeira organização social em que se introduz o homem -, torna-se necessário perceber a atual realidade nacional e internacional, a fim de compreender as transformações conjunturais que conduzem à possibilidade recíproca inteligível às subjetividades que se fazem mais objetivas, mais acessíveis.

Sendo o homem o objeto das Ciências Sociais e da doutrina da ESG, o perfilhamento desta simultaneidade concede vitalidade à todas as instituições que conformam as expressões do poder nacional, às quais retém a habilidade de ter da existência uma reprodução com equidade.

O estudo da transformação da família brasileira, evidencia a finalidade de fixar limites na concepção do objeto de estudos sob a sugestão de abordagens sugeridas por Vicent (1992), Prost (1992) e Velho (1981), empreendendo meios para obter o que a ciência instrui: apartar da realidade um enfoque materialista, mas sem a pretensão de consumi-la completamente, admitindo a existência ontológica do objeto, recortado na instituição universal - a família -, cuja análise limita-se no sujeito, e observando que a instituição

refletora da realidade não tem limites, o que demonstra que a existência não solicita coerência para provar sua verdade.

O desenvolvimento deste estudo tem como realidade a tentativa de desvendar alguns aspectos sócio-culturais considerados básicos do modelo familiar costumeiro, que sob o impacto das mudanças contemporâneas vêm sendo velozmente esvaziados, questionando assim a validade de valores culturais internalizados que se caracterizavam a instituição familiar.

Torna-se imprescindível colocar a busca da visualização da aparente desagregação da instituição familiar contemporânea brasileira, quando na realidade esta autora considera que as transformações econômicas, científicas e tecnológicas, ao refletirem-se no universo doméstico, criam uma simetria, uma homogeneização antes inexistente no âmbito privado - atualmente, não tão privado -, onde as relações eram vivenciadas de forma hierárquica, e conseqüentemente assimétricas.

O tensionamento causado pela transformação das relações privadas, espelham o que se pode chamar de *acomodação de terreno*, onde certa inversão ou alterações de papéis domésticos, delineia-se desde o segundo conflito mundial com a entrada das mulheres no mercado de trabalho.

A rapidez das evoluções científicas e tecnológicas com que se processam as mudanças, criam terrores, frustrações e angústias diante do medo das ruínas nas crenças, valores e deuses, fornecendo a sensação de completo abandono e insegurança diante da vida.

O processo seletivo de que se reveste o acesso ao conhecimento, gerador de saber, produz em larga escala milhões de excluídos; destroem-se as validade de conceitos

e teorias sobre classes sociais e levanta-se a hipótese da emergência de dois segmentos futuros: os que sabem e dominam, e os que não sabem e não tem a possibilidade de acesso ao conhecimento, tornados impotentes para reverter situações que lhes são adversas, excluídos de qualquer participação de poder.

CAPÍTULO II

A ORGANIZAÇÃO DA FAMÍLIA E AS TRANSFORMAÇÕES NA VIDA PRIVADA

A revolução Científica-Tecnológica, aliada ao conceito de Modernização, talvez visasse o desenvolvimento das sociedades na perene busca de um futuro melhor, que se sobrepusesse a uma ótica individualista ou fragmentária, e cujas mudanças apontassem para resultados diversos da realidade contemporânea.

Entretanto, as transformações econômicas, políticas e tecnológicas atuais, espelham o aumento das desigualdades sociais, através do constrangimento do homem a uma desorganização das posturas estabelecidas por resoluções institucionais e históricas, perceptível no domínio dos produtos ou coisas sobre os produtores, cujas consciências fetichizadas e obnubiladas, diante da infinidade de mercadorias partogenéticas ofertadas a uns e negada à outros, anula o grito e o protesto que evidenciam a desimportância, a subalternidade e a desvalia da força e da vontade do homem.

Este quadro, considerado por muitos como extremamente dramático, é representativo do enfraquecimento do Poder Nacional, graças a perda da razão trabalho nas ações políticas como potência central dos Objetivos Nacionais, ora configurados como sonhos que se confrontam com o pesadelo da sociedade brasileira, constituindo ambos a atual realidade nacional.

O conhecimento dessa realidade, pressupõe noções de fundamentos de conceituações sócio-históricas, necessárias à análises da instituição familiar a fim de evitar o

risco metodológico de isolar, por motivos estratégicos de pesquisa, elementos da realidade do sistema, como se fossem unidades independentes e autocontidas, conforme sugere Velho (1981), o que prejudicaria todo o planejamento solicitado.

Alguns estudiosos da temática família, alertaram o condicionamento desta a diminuir ou dissolver, à medida que as sociedades se desenvolvessem ou diversificassem. Esta visualização mostra-se inadequada, por não contemplar as transformações da família através da história, embora possa esclarecer as análises das relações entre o grupo doméstico e a sociedade envolvente, como se pode observar no exemplo comparativo do modelo de família nuclear na Europa do século XVIII, que se prevaleceu no Oeste, e as famílias polinucleares existentes no Este Com a *ZADRUGA* sérvia ou as famílias de servos camponeses das grandes propriedades russas (Lebrun & Burguière, 1988, p. 19-147).

A lógica de socialização e a geração de mão-de-obra, perseverantes em determinados lugares, exemplificados no costume de colocar os filhos como empregados de outras famílias, bem como a aversão dos filhos casados coabitarem com os pais, subentende a existência do controle social, local ou pelo Estado, que substitui a família em funções como a educação e desvelo aos componentes do grupo. A contrapartida deste fundamento corresponde a famílias que assumem totalmente os indivíduos, sem contar com o mundo externo, desde o nascimento até a morte, constituindo-se em estrutura fortemente integrada e autárquica, que sugere oposição ao desenvolvimento do Estado e a unificação do mercado, impostos pela maioria dos segmentos dominantes, refletidos no comportamento da elite que compõe parcela significativa de políticos nacionais.

A tensão que emerge na configuração de um novo modelo de família, advém do modelo histórico que se caracterizou por uma estrutura revestida de certa

superficialidade, aberto aos circuitos de intercâmbio, à economia de mercado e à opinião pública, ao mesmo tempo que possuía uma organização social piramidal que colocava a então chamada classe média no cerne, respaldada por um capital e sustentada por uma rede de parentesco eficaz (Segalen, 1988 – p. 387-424).

Esse modelo tradicional (baseado na rede de parentesco), autoconferia-se como porta-voz de regras e normas obrigatórias, fora das quais qualquer comportamento familiar era condenado como desviante.

Os estudos sobre a história da família fundamentados em hipóteses evolucionistas lineares, tornaram-se praticamente obsoletos diante das mudanças impostas pela modernidade, que evidenciam a diversidade de respostas daquela instituição frente às novas condições econômicas e sociais, considerando-se que o grupo doméstico representava o ponto de apoio para o indivíduo, quando de seu ingresso no mercado de trabalho.

Os primeiros tempos do capitalismo mostram que na maioria dos países industrializados, apresentou-se certa preocupação com as aspirações de trabalhadores e da chamada classe média, refletida na fusão nuclear fundada numa rede de parentesco, que se centrava em torno de um pequeno número de filhos (Segalen, 1988 – p. 387-424).

Após a Segunda Guerra Mundial, as políticas de assistência social pareciam velar pelo casulo familiar, demonstrando as vantagens de progresso econômico que incluía uma área doméstica confortável.

Entretanto, tais políticas esbarravam no comportamento de mulheres que durante o conflito ingressaram no mercado de trabalho de forma temporária, e que passaram a reivindicar atividades profissionais. Nos anos 70 essas exigências e esforços para a permanência no mercado de trabalho e conseqüente independência econômica, são

perceptíveis no empenho pela obtenção da meia jornada de trabalho ou mesmo da jornada completa (Wesley, 1991).

A liberdade de trabalho associada à liberdade de contracepção fornece pela primeira vez na história da humanidade, graças ao avanço da medicina, meio às mulheres de decidirem por elas mesmas o número de filhos que desejam.

Não se pode esquecer que durante a Segunda Guerra os países envolvidos apresentaram um aumento sensível no número de mães solteiras, o que ocasionou certa quebra no modelo de família tradicional e nas políticas assistenciais, na medida em que mães e filhos passaram a constituir um segmento social considerável naquelas sociedades (Prost, 1992, -p. 75-115).

As agitações observadas no universo doméstico e que são atribuídas às mulheres, apoiam-se na correlação entre o número de divórcios e a atividade profissional feminina.

As incertezas diante do futuro, o receio de comprometimento e o desejo de independência, compõem o universo feminino, aparentemente contraditório e confuso, que servem de base para interpretar o desenvolvimento da coabitação não sancionada por vínculos legais, parcialmente analisada em estudo anterior (Wesley, 1993) e que fundamenta o projeto acadêmico desta autora.

Através de um survey exploratório, as crises conjugais dos anos 70 e 80 que sugeriam o fim da família ou dos contratos de casamento, apontam para o reforço das redes de parentesco sobre as quais se apoiam segmentos de linhagem familiares que podem se converter em segmentos de linhagens femininas, na medida em que os filhos, geralmente, permanecem criados pela mãe (Woortmann, 1987), propondo a hipótese de uma

organização familiar, entre outras que provavelmente surgirão, onde a figura da mulher se sobrepõe a do homem. Há que se considerar que a área jurídica encontra-se, como outras áreas, defasada diante das transformações e esvaziamentos de valores, face a velocidade das mudanças que carregam certa perplexidade às sociedades e instituições.

A família nuclear atual, que deveria ser o símbolo da modernidade, libertando e valorizando o indivíduo das pesadas obrigações das linhagens ou da casa, encontra-se hoje entre os vários modelos de famílias, contradizendo os estudiosos que previam a uniformização das estruturas familiares.

As alterações econômicas e sociais, entretanto, não ocultam a permanência de modelos antigos, que em alguns casos, são o suporte para tais mudanças, como se pode constatar no Japão, onde a estrutura industrial é profundamente influenciada por organização de casas em que persistem fidelidades ao trabalho quase que filiais (Beillevaire, 1988, p. 245-74). Na África, os grupos domésticos urbanos embora sejam nucleares, não interrompem as solidariedades de linhagens, mesmo diante de transformações significativas (Donzon, 1988, p. 311-48).

As mudanças desencadeadas no processo civilizatório no final deste milênio, não parecem apontar para um modelo único de família. A condição do homem e da mulher, e a evolução das taxas de fecundidade não seguem a mesma direção, e se as mulheres conquistaram autonomia em alguns países, em outros – como os países muçulmanos – o seu encerramento é acentuado pelo integralismo religioso que reforça os laços patriarcais e patrilineares (Fargues, 1988, p. 349-36).

A vinculação dos níveis de fecundidade às mudanças da condição feminina mostram que as taxas de crescimento populacional nos países em desenvolvimento seguirá

sendo sempre maior do que nos países conceituados como de primeiro mundo.

O mundo contemporâneo, paradoxalmente, apresenta países que fomentam o desenvolvimento de sua população, e outros que tencionam um severo controle do crescimento demográfico. O exemplo da China que desenvolveu a política do filho único, anuncia desta forma para as gerações vindouras a inexistência de irmãos, primos e tios, embora os antropólogos assinalem o parentesco como fato social onde o parentesco fictício pode substituir o parentesco efetivo.(Cartier, 1988, p.217-244).

A estabilidade de uma política demográfica a ser desenvolvida em países com superpopulação ou com escassez de homens, mostra em ambos os casos a dificuldade para encontrar o equilíbrio que amenize os efeitos perversos da demografia.

A revolução científica e tecnológica, entre tantas influências na sociedade, carrega uma longevidade ao ser humano nunca antes alcançada, que se associa a adultos com tempo disponível. Isto não significa que todos os homens sejam contemplados com tais benefícios, mas deve-se considerar os problemas originados a países como o Brasil, no seu sistema previdenciário.

A modernização das sociedades ao longo do processo civilizatório, não se tem feito contra a família, senão com ela, e este fato deve estar presente em todas as análises propostas no seu tratamento.

A constatação de que a família é uma instituição flexível e que pode adotar múltiplas formas que combinam de distintas maneiras o social e o biológico, segundo o lugar e a época, consanguínea ou matricentrada, ampliada ou nuclear, elementar ou complexa, independente de sua forma, a família seguirá sendo uma instituição, enquanto a humanidade não destruir o edifício ideológico sobre o qual ela repousa; ou, dito de outro modo,

enquanto os homens não questionarem a proibição do incesto e o intercâmbio matrimonial que dele resulta e, ainda, as funções explícitas que em nosso universo devem ser efetuadas pela família: a colocação dos filhos, a divisão sexual das tarefas, o exercício da sexualidade.

Os atuais progressos da medicina dão a impressão de que estes aspectos ideológicos possam ser eliminados e as funções desorganizadas ou distribuídas de outro modo, com gerações transformadas e vínculos de parentesco abolidos pressionando o encerramento do incesto. Mulheres mercenárias, procriadoras de filhos em benefício de grupo, desprezando viver em família.

Enquanto os biólogos descobrem as formidáveis possibilidades da genética, os ginecólogos e pediatras fazem alarde das vantagens da osmose mãe-filho durante a gravidez, resguardo e amamentação, e do trauma que representa um nascimento perturbado no psiquismo individual.

A sociedade contemporânea que apregoa o individualismo na homogeneidade de todos os homens, volta a descobrir as vantagens das redes de parentesco; na dispersão e na migração, encontra-se a resposta da busca minuciosa e fantasmagórica de suas raízes ancestrais, e nessas condições não há motivos para pensar na iminente morte da família.

2.1 Ciência e ética

O desenvolvimento da investigação médica que pretende favorecer a natalidade, liga-se de forma inequívoca às ações sociais e embora não se situem no mesmo nível, dirigem-se sempre à coletividade e através de medidas econômicas controlam a procriação e as relações conjugais. Os efeitos das experiências médicas nas ações sociais ainda são imprevisíveis, tanto que o resultado e o avanço do desenvolvimento da genética desafiam o pensamento contemporâneo. Sem dúvida, as repercussões no social, destas investigações, são imensas e não se pretende colocar aqui um número infinito de questões. (Vincent, 1992 – p.249-30).

A preocupação de assegurar a perpetuação, em todas as sociedades, expressa, de alguma forma, mediante a continuidade de seus membros, o ideal de serem eternas. A convicção de que nunca haverá de terminar, está presente em cada mulher e em cada homem, nos quais encontramos o desejo de perenidade que se traduz na procriação de um filho, através do qual passa a vida de um e outro.

O desejo de descendência que se leva a cabo em todas as sociedades através do estabelecimento de um sistema de alianças matrimoniais que se organizam e legitimam a procriação, torna clara e compreensível a preocupação presente em todos os povos, quando se apresentam problemas de esterilidade em larga escala, como se observa na prática da adoção e/ou na procriação de filhos ilegítimos, como meio de remediar o problema.

Na maioria das sociedades atuais, os avanços científicos proporcionam recursos na Tecnologia de Ponta, onde se pode optar desde a inseminação artificial até as diversas aplicações *in vitro*, passando por empréstimo de útero, mais conhecido como barriga de aluguel.

O problema da esterilidade, como se pode observar historicamente, também foi alvo de preocupações das chamadas sociedades primitivas, que idealizaram grande volume de soluções que só agora estão sendo descobertas. (Vincent, 1992 – p.253-69).

Matrimônios múltiplos, poliandria e poligamia, uniões preservadas em nome de um morto ou por conta de outro, doação ou adoção de um filho, constituem a instituição familiar, que em sua variedade, responde à necessidade de sanar a ausência de descendência de um indivíduo, seja porque é estéril (embora não fosse entendido conscientemente deste modo, sobretudo pelos homens), seja por morte prematura.

Todas as formas pelas quais se apresentou a instituição familiar, aceita e reconhecida pelo consenso da moral coletiva. Mas, atualmente, a rapidez da evolução científica e tecnológica, e o recurso sistemático e oficial às práticas médicas por que passa a maioria das sociedades, transtorna o juízo produzindo repercussões sobre a posição da família.

A problemática ética reside, supõe-se, no fato de os homens poderem arrogar-se o direito de manipular a procriação, e obviamente, o patrimônio hereditário, e a filiação, através da introdução de um genitor adicional – seja um doador, seja uma locadora de ventre, no processo conceptivo.

A imprevisibilidade das relações entre as futuras gerações, a partir do

momento em que se pode, mediante o congelamento do esperma ou do embrião, jogar com o nascimento de um filho ou, a possibilidade de uma mulher menopáusicas, graças a uma adequada preparação hormonal, Ter um filho, fazem-nos retroceder, deste modo, ao que se pensava sobre os limites temporais da fecundidade.

As manipulações genéticas provavelmente anularão, supõe-se, o sentido dos atuais vínculos de parentesco, considerando-se que basta reimplantar a metade de um embrião formado pela fecundação *in vitro* para concretizar a formação de uma criança normalmente constituída. Também nada impede o reimplante da outra metade, tempos depois, que produzirá um gêmeo legítimo do anterior e, conseqüentemente um sem número de irmãos desconhecidos entre si.

O impacto da revolução médico-científica, certamente abalará os alicerces da instituição familiar que descarta a figura paterna, na medida em que as mulheres podem vir a conceber por impregnação artificial e separem definitivamente de crianças que tenham criado.

As respostas para estas questões podem configurar um caráter especulativo. A sabedoria sobre tais questionamentos consiste em levantar hipóteses que estabeleçam limites entre o que constituirá parentesco, e o que pode ser ficção no modelo familiar contemporâneo.

Resta, nesse momento, assinalar a ignorância dos novos tipos de filiação que poderão ser criados pelas sociedades, e a certeza de que, quer no passado, quer no presente, os grupos humanos sempre adotam combinações que são limitadas pela filiação, que ocorre através das mulheres, através dos homens, ou de ambos. Não se pode estabelecer, a fim de não incorrer em veleidade, o tipo de filiação futura, e tão pouco

fornecer o modelo familiar futuro sem questionar de forma fundamental as noções de parentesco que permitem a pesquisa que baseia o fundamento das sociedades.

2.2 Influência dos Meios de Comunicações

O avanço dos meios de comunicação provocam uma incontestável melhoria na qualidade de vida das sociedades. Todavia gera uma aparente homogeneização dos segmentos sociais, pois exclui milhões de seres humanos do acesso aos benefícios tecnológicos: no mundo contemporâneo, poder-se-ia, em pouco tempo satisfazer toda a demanda de valores de uso; mas contrário a isto, observa-se em todos os países a continuidade e a ênfase das paralelas de produção de opulência e penúria, espelhadas na chamada *crise global*.

A persistência das diferenças de rendas que estabelecem os padrões de consumo, das linguagens atreladas ao meio sócio-cultural, da endogamia nos segmentos e estratos sociais, não alterou a escolha de parceiros conjugais, sobretudo nos centros urbanos onde a coabitação – especialmente a de jovens – corresponde a uma mobilidade social em geral mais intergeracional do que integrativa, que se caracteriza por trajetórias curtas, seguindo exemplos vinculados pelos meios de comunicação. Logo a tão decantada *liberdade de escolha*, acha-se controlada e subordinada ao segmento dominante que detém os meios da produção comunicativa, que forma e marca a consciência e os comportamentos.

Através de programas diários, de diversas formas o Estado procede a um recuo na fronteira do privado, instigando via conselhos e modelos o consumo, o controle da

mortalidade, a luta pela legalização da interrupção voluntária da gravidez, o aperfeiçoamento da técnica de sedução, e as formas de organizar e distribuir o espaço doméstico. A família é, desta forma, apeada ao âmbito público. O caráter de privacidade, de segredos e silêncios que envolvem o universo doméstico são expostos, discutidos e mostrados em temáticas sociais de práticas coletivas (Wesley, 1993).

Simultaneamente, e de forma pertinaz, os vários meios de comunicação atingem a todos. Em seu desenvolvimento e emprego homogeneiza na aparência e isola de fato. Imersos nos meios comunicativos mais banais, o homem procura se identificar com modelos veiculados, debatendo-se com sua identidade cultural cujos valores históricos esvaem-se na dissolução de conceitos e valores atribuídos a tempo, lugar e espaço. A onipresença de mitos estrangeiros e modelos comportamentais criados por segmentos dominantes, distancia o indivíduo de suas raízes culturais e de seus semelhantes. Adapta-o ao som de vozes metálicas dos aparelhos, às imagens modelares, cujas mensagens são eficazmente absorvidas e representadas na forma de vida contemporânea que mostra um ser humano isolado na multidão da sociedade moderna. As gerações dos anos 30 a 50, no dizer de um estudioso (Banha, 1995)* estão sendo destroçadas pela realidade virtual gerada pelos recursos tecnológicos cujas reciclagens modernizadoras se esgotam num lapso de tempo que foge ao entendimento e absorção de gerações mais antigas.

A descompensação entre o desenvolvimento científico e tecnológico, e os setores social e cultural, manifestam-se em conflitos, frustrações e angústias, apesar da existência dos meios comunicativos que informam o avanço daqueles. O acionamento do

* Palestra proferida pelo Prof. Cel. Banha, em Julho de 1995, na Escola Superior de Guerra

capital tecnológico, dilui a privacidade e a consciência crítica, marcando o comportamento do indivíduos.

A penetração dos meios de comunicação não só no âmbito doméstico, mas também em todos os recantos da consciência (Bakhtin, 1976), efetivam a pertinência da utilização de instrumentos de controle e qualificação da reprodução social em conformidade aos desejos de segmentos do poder, em geral impedindo a estruturação para uma reflexão sobre essa nova forma de exploração capitalista.

Sob a regência do capital científico-tecnológico, homens e mulheres são transformados em consumidores que permanecem sustentando parcelas dominantes, que se perpetuam em novas roupagens, escudados numa teoria que prega a unidade familiar pelas relações *naturalmente* biológicas, onde o casamento é apresentado como um assunto de família a fim de justificar o cumprimento dos instintos naturais, mas que tem como meta final a economia.

CAPÍTULO III

A SOCIEDADE BRASILEIRA E AS TRANSFORMAÇÕES NOS GRUPOS DOMÉSTICOS

A questão da família brasileira, a partir dos anos 70, passou a ser temática contemporânea por excelência, graças a condensação dos problemas de caráter político e cultural expressivos na conjuntura nacional.

O impacto das transformações mundiais sobre a vida privada e outros aspectos sociais relevantes, originou um considerável volume de trabalhos sobre a família, criando um espaço de discussão de uma temática específica, na sociedade brasileira, representada por correntes teóricas e políticas.

Cabe destacar, mais uma vez, que este estudo, embora possua uma linha definida, considera fora de propósito a análise abrangente da evolução sociocultural da instituição familiar ou do longo e sinuoso trajeto percorrido desde os grupos pré-históricos. Insistir-se-á, portanto, nos momentos de ruptura, enfatizando-se determinadas fontes normativas que insistam em destacar as bases ideológicas da família ou subestimar sua estabilidade.

A sociedade contemporânea, requer de forma inequívoca a análise das práticas atuais que consideram os múltiplos fatores da evolução, que compõem a conjuntura sobre as expressões Econômica, Psicossocial (com ênfase na questão demográfica, nas atitudes religiosas e afetivas), Científica e Tecnológica, Política e Militar (com destaque na problemática da política internacional e a globalização econômica atual).

As considerações tradicionais que situavam a família sob o signo da imobilidade de práticas sob a aparência de inovações frequentes, predominaram nas Ciências Sociais por um longo período, configurada numa transição progressiva e universal da família conservadora, ampliada para a família nuclear deste século, considerada o modelo predileto desde o princípio dos tempos modernos. Tais considerações baseavam-se nas informações de historiadores que mostravam o nascimento e o triunfo da família nuclear desde a alta Idade Média e em algumas sociedades antigas. Todavia, não se pode desconsiderar que as estatísticas européias revelam que desde o início dos tempos modernos, existiram várias formas de organização familiar, e que cada uma desempenhou – em área mais ou menos restrita – o papel de modelo predileto nas sociedades de então (Castan, 1992, p.21-70).

A sucinta retomada de pontos anteriormente enfocados, visa o confronto entre a atual vivência familiar nacional e as teses elaboradas sobre a importância de instituição familiar na estrutura social. Tal conduta possibilita a aferição em passant da pertinência de resultados obtidos num primeiro levantamento de dados, em especial no que concerne à maneira específica de viver em família e o significado desta na atual conjuntura. Reconhecendo-se a obtenção de pistas iniciais para um conhecimento que demanda preparo teórico e material empírico ainda não disponíveis, cabe a advertência de que é nesse sentido que devem ser tomadas as conclusões agora delineadas.

Um ponto a ser retomado, diz respeito a proposta segundo a qual o processo de democratização e modernização nacionais em relação à instituição familiar forneceria condição necessária e suficiente para integração do grupo doméstico no mercado de trabalho e na economia internacional. Um desmonte teórico da proposta acima elaborada, põe a descoberto que tal embasamento consiste no pensar a natureza humana como impedida de plena realização de suas potencialidades, por uma concepção mistificadora contida no mito de inferioridade presente nos países em desenvolvimento. A proposição de desigualdade entre países periféricos funciona, nesta visão, como instrumento voluntário e conscientemente pela sociedade para o exercício da dominação, o que localiza a família numa situação secundária em relação ao Estado, e sendo utilizada de maneira consciente por este.

A Expressão Psicossocial, deixa, deste modo, de ser tomada como componente estrutural de determinado modo histórico de produção – no caso, o modo de produção capitalista em suas realizações históricas -, que comporta as auto-visões que a sociedade elabora sobre si própria, tornando-se exclusivamente o espelho deformador desta. Conforme esta proposta, confronta-se a sociedade sem cultura, sem mistificação, vivida de forma plena, com aquela na qual os agentes denominados não tem consciência nem da realidade da dominação. Os indivíduos experimentam, assim, um mal-estar, cuja causa – a opressão política-econômica – não identificam, uma vez que tendo incorporado a ideologia familiar, vivem uma situação alienadora da própria condição humana. Torna-se, deste modo, necessário aprofundar a realidade da dominação internacional, ultrapassar a alienação sociocultural, a fim de se chegar a uma sociedade brasileira humanizada, sem mitos e ideologias de dominação, em consonância com a busca do bem comum.

No Brasil a criação e reprodução de correntes teóricas e políticas que estudam a família, destacam duas visões cujo traço comum reside na conceituação da família como lugar de opressão, subordinação e exploração em relação ao mundo público, ou dito de outra forma, em relação à sociedade. A subordinação é considerada como atributo específico das relações domésticas, irreduzível a outros universos, vislumbrando-se a sua quase universalidade. A família é percebida sobretudo como vinculada à reprodução da espécie, onde a sexualidade é construída socialmente de maneira congruente com essa subordinação. Por esse prisma a instituição familiar se defronta com a questão de gênero.

A outra versão revela os diversos tipos de família e hierarquia, como mais uma expressão da relação fundamental e determinante da sociedade contemporânea. Nesse caso os opressores da família seriam a economia e o governo, correspondendo assim à assimetria que se percebe entre as Expressões Psicossocial, Econômica e Política, existentes na atual conjuntura nacional.

As superações das injustiças e desigualdades sociais entre as famílias, acompanha o ritmo das mudanças estruturais, e são dadas pelas lutas de diversos segmentos, seja pelas etapas das reformas e da legalidade, seja como corolário específico de uma revolução econômica e, conseqüentemente, cultural.

Entre estas duas posições há um contínuo variado de mediações e sínteses em um determinado ponto do qual se acredita estar, lembrando a intenção primeira deste estudo que consiste na ampliação do espaço de discussão através de análises que busquem o entendimento do que significa e comporta o fato família, em suas diversas manifestações contemporâneas.

De certo modo, essa perspectiva faz parte de uma discussão já conhecida

no Brasil, e que, com outros temas, está presente nos meios intelectuais do país, referindo-se à constituição de uma tradição interna a disciplina acadêmica que se caracterizam pela eleição do recorte Família.

A novidade, supõe-se, aqui, é que se adota uma perspectiva que procura manter um diálogo do movimento social da família com as Expressões do Poder Nacional. Tal contingência é extremamente interessante, pois obriga a uma reflexão a um só tempo política e epistemológica.

A adoção do ponto de vista acima pretende sugerir caminhos de avaliação crítica e mapeamento de um possível campo de discussão, contribuindo dessa forma, mais especificamente para a Expressão Psicossocial. Procura-se, por outro lado, sob a inspiração de colocações próprias a debates internos da Antropologia, examinar a família enquanto instituição social. Não se propõe a discussão de nenhum caso particular, mas sim traçar as linhas gerais de caracterização atual dessa instituição, buscando uma visão prospectiva que é exigida pela Escola Superior de Guerra.

A identificação da família na estrutura das relações sócio-econômicas que definem papéis, graças a ideologia familiar dominante, opõe-se às mudanças efetuadas em formações sociais hegemônicas que consideram aparentemente o individualismo e as classes como supérfluos.

Na frustração das expectativas da grande maioria dos trabalhadores brasileiros, privilegiando-se a análise que toma a família como sendo unidade de produção e consumo (Pereira, 1965 p.153), observa-se que a participação daqueles nas relações de produção capitalista, moldam-se pelo próprio modo de como se processa a formação de mercado, em acorde com as atuais reformulações econômicas mundiais, que estabelecem

novos requisitos de qualificação técnicas, como componentes da força de trabalho. Exigidos na revolução Científica e Tecnológica, a fim de concretizar a integração econômica no processo produtivo internacional.

A inserção do trabalhador no mercado não prioriza mais o valor da força de trabalho, nem as necessidades básicas do trabalhador, a incorporação de novos valores e componentes da razão trabalho só podem ser satisfeitos mediante a intermediação do mercado, fragmentando a percepção dos níveis salariais percebidos pelos membros da família, que não conseguem mais concretizar o mínimo para suprir as necessidades básicas, configurando o processo de pauperização de segmentos sociais que vivem em torno das principais cidades brasileiras.

A grande maioria da população, sob a dependência das relações específicas do mercado, despojada de qualquer participação efetiva de serviços previdenciários, insitam atividades informais, na esperança de ocupações que forneçam recursos mais compensatórios, que garantam padrões de consumo indispensáveis à sobrevivência familiar, (Pereira, 1971 p.169).

O trabalho informal ou a prestação de serviço que visam ao consumo imediato no âmbito da unidade produtiva, a família, podem ser considerados, do ponto de vista da produção e reprodução imediata do capital, como atividades improdutivas, na medida em que não se concretizam sob relações de produção capitalista, logo não efetivam a mais-valia. Todavia, diante da inexistência de uma forma de organização atual da formação social-brasileira de um substitutivo da produção de valores e prestação de serviços por ela fornecidos, pode-se considerar que apesar da efetuação do trabalho improdutivo, é imprescindível à continuidade do sistema capitalista.

A colocação anterior conduz a admissão de duas estruturas de produção, vivenciadas de forma imbricada, entrelaçadas e simultâneas de relações não-capitalistas e capitalistas, constituindo ambas modalidades diferentes e necessárias da exploração do trabalho na formação da sociedade brasileira. O trabalhador é diretamente explorado enquanto produtor de mais-valia, ao ser integrado no mercado de trabalho, e indiretamente, pela intermediação do Estado, ao contribuir para a manutenção do valor da força de trabalho a patamares inferiores aos que poderia apresentar, caso não existisse a exigência de técnica e qualificação.

Na produção capitalista a exploração do homem decorre, sobretudo, da apropriação, pelo detentor do capital, do produto do sobretrabalho gerado pelo trabalhador, mas não apropriado por este. O homem é explorado por não receber o equivalente, sob forma salarial, da totalidade do valor por ele gerado, sejam quais forem as condições sobre as quais este sobrevalor é produzido: mais-valia absoluta e mais-valia relativa (Marx, 1978).

A tentativa de uma reconstituição histórica, por mais sumária e esquemática, do modo como as relações de produção se apresentaram no Brasil, e das transformações porque passam à medida em que ocorrem reformulações no conteúdo da ligação que une o país aos centros hegemônicos, impõe-se, uma vez que estas sucessivas modificações afetarão a vida de elementos que constituem as unidades familiares. O sentido desse processo pode ser captado pela análise dos surtos migratórios para os centros urbanos que representam pólos de desenvolvimento nacional.

É preciso, todavia, ressaltar que o modelo patriarcal de família adotado no Brasil, enquanto forma de organização doméstica, restringiu-se à elite de algumas áreas (Nordeste açucareiro, Sudeste cafeicultor), embora tenha se projetado como um tipo de

ideologia que se aprofundou na estrutura social.

O modelo de ideologia familiar nacional caracteriza-se como uma parentela organizada para e pelo poder numa sociedade basicamente hierárquica, cujas relações concebem o país como uma sesmaria onde os intercasamentos constroem oligarquias regionais que se projetam a nível nacional, monopolizando o poder expressadas anteriormente nas guerras de família e persistindo no empreguismo e na subordinação da coisa pública aos interesses de grupos, que nos termos da sociedade tradicional expressam uma ética que revela o parente zeloso, o patriarca que preserva sua parentela (Woortmann, 1988 p.7-8).

Apesar da evolução nacional para a modernização da constituição do poder central, o Estado ainda não se libertou completamente desse modelo familiar, da dependência do poder local que fundamenta a privatização do que é público.

Os efeitos desagregadores advindos das transformações mundiais na última década (que rompem os laços de solidariedade), converteu a família tabalhadora no objetivo central de políticas assistenciais que pretendiam lutar contra atitudes consideradas contrárias ao modelo pré-estabelecido, bem como dirimir os perigos de que são portadoras, e onde a eliminação do pai como chefe do processo de trabalho, se acentua.

A transição da hierarquia para uma igualdade entre os membros dos grupos domésticos, a separação ideológica entre sexualidade e procriação, a dessacralização da família, a emergência de valores indefinidos, conduz a uma reflexão de que esse processo econômico globalizador, estimula determinados segmentos a construção e crescimento do mercado informal que seja compatível com atividades realizadas de formas descontínuas, em espaços indefinidos, como alternativa para a reprodução do grupo, possibilitando, algumas

vezes rendas mais compensadoras que as do emprego formal.

As diferentes modalidades de vivência das relações de segmentos sociais com o Estado, devem pautar qualquer proposta de análise da estrutura familiar a outros níveis estruturais que enfoquem as relações de produção, incorporando elementos que garantam à sociedade nacional – e não somente a uma parcela – um mínimo de sincronia e eficácia entre as Expressões do Poder Nacional. Entretanto, reconhece-se a dificuldade, para não dizer quase impotência, de obter níveis toleráveis da estrutura de produção que desbordam em manifestações de violência e criminalidade, fatos enfraquecedores do Poder Nacional.

O pinçamento de alguns pontos nesta monografia, são sinalizações para o aprofundamento de análises de sistemas, categorias e imagens coletivas constitutivas da experiência doméstica em grupos e segmentos diferentes.

Acredita-se que os estímulos trazidos por uma perspectiva antropológica, residam no fato de essa disciplina lidar com comparações entre culturas e sistemas ideológicos a procura de elementos recorrentes, bem como com etnografias específicas detalhadas.

A descrição etnográfica cuidadosa do comportamento doméstico, das instituições e dos discursos produzidos pelos atores sociais de si mesmos e de seu mundo, podem permitir o distanciamento do senso comum, assim como a compreensão de pontos de vista particulares. Ambas as possibilidades levam a uma melhor visão crítica e a uma percepção política mais rica das transformações pelas quais passa a família atualmente.

A construção social da família brasileira carece de voz dos elementos que a compõem. É esse dar voz à fala cotidiana que aproxima esta autora do método de

investigação característico da abordagem antropológica: a análise do discurso e a determinação de segmentos sociais que configuram a continuidade e a descontinuidade dos sistemas sociais. Com essa articulação de níveis de análise se procura perceber as múltiplas maneiras pelas quais uma determinação reforça, reproduz e atribui ethos e projetos à outra.

Apesar deste ensaio possuir uma linha definida, acredita-se que a intenção de incluir alternativas que centralizam a família, podem possibilitar o entendimento das especificidades das experiências ocorridas na sociedade brasileira contemporânea, constituindo ponto de partida para a compreensão e prospecção de outros temas sociais igualmente abrangente.

3.1 COMUNIDADES RURAIS E POPULAÇÕES HELIÊUTICAS:

Procurar-se-á, agora, fazer uma breve reflexão sobre a importância das mudanças ocorridas em pequenas comunidades, no que diz respeito à manutenção doméstica, fundamentada anteriormente nas atividades pesqueiras ou agrícolas, e que atualmente assenta-se em atividades femininas, tomando para tal os exemplos de uma comunidade pesqueira do Estado de Alagoas, Pontal da Barra, e uma comunidade rural do Estado do Pará, Castanhal, situado na Zona Bragantina.

O impacto das transformações ecológica e sócio-econômicas sobre a família, já foram objeto de interesse de outros autores, sobretudo em comunidades dedicadas à pesca e à agricultura de subsistência; a originalidade aqui supõe-se, deve-se ao enfoque da inversão de papéis feminino e masculino na manutenção doméstica.

As transformações ocorridas com o estabelecimento do polo

cloroquímico (SALGEMA), nas proximidades da comunidade do Pontal da Barra², o incentivo e consolidação da empresa turística no país como um todo, fizeram da atividade artesanal feminina, a garantia de subsistência familiar, provocando uma re-orientação do que seja trabalho de homem e trabalho de mulher, causando, inicialmente, grande conflito no senso de identidade; novas estratégias são construídas no sentido de superar a crise existente a fim de garantir o equilíbrio baseado na complementaridade.

A análise da passagem da atividade pesqueira – anteriormente prioritária – para o artesanato feminino (ambas importantes para a reprodução econômico-social do grupo) e a re-orientação que se apresenta, acentua as diferenças e os conflitos no seio da vida doméstica, podendo levar a dissolução e a violência, conduzindo alterações significativas do espaço doméstico entre homens e mulheres, estabelecidas atualmente pela sazonalidade do turismo que modificou a condição sócio-econômica do grupo, caracterizado pela dependência familiar do não-trabalho da mulher (Wesley, 1994).

No que diz respeito a Castanhal, os estudos realizados sobre a Zona Bragantina, assinalam que o referido município foi criado especialmente para receber nordestinos, atraídos pela possibilidade de trabalho e ou fugindo da seca. Deve-se ressaltar que Castanhal fazia parte da obra colonizadora que estava sendo empreendida pelo governo da província, que tinha por objetivo criar uma zona produtora de gêneros alimentícios para abastecer Belém. Com a instalação destes nordestinos, teve início a construção da Estrada de Ferro de Bragança, que permitiria o escoamento de produção de vários núcleos para Belém, o grande mercado consumidor.

² Texto parcialmente extraído da tese a ser apresentada no concurso para Titular da Cadeira de Antropologia da Universidade Federal de Alagoas, em Outubro/Novembro de 1995.

No início da década de sessenta observa-se na Zona Bragantina a construção de uma rede de transporte na qual figura a Belém-Brasília, ligando Castanhal ao restante do país, e a extinção da Estrada de Ferro Bragança que servia para o escoamento da produção de pequenos agricultores. Verifica-se a valorização de terras no município pela facilidade de comunicação, bem como o privilégio de Castanhal ser o município mais próximo de Belém e estar ligado também a Zona do Salgado e Guajarina.

A centralização, comunicação e valorização de suas terras estimulam o estabelecimento na área de pequenas empresas capitalistas, expressas inicialmente com o japonês, com a introdução da pipericultura e atualmente com outros produtos tais como o melão, mamão e maracujá. Também no início da década de setenta surgem empresas pecuárias, iniciando-se um processo de penetração capitalista não só em Castanhal, mas também em áreas vizinhas, que desestruturam o antigo sistema de produção agrícola aí dominante, baseado nas unidades de exploração camponesa. A implantação de projetos agro-pecuários, de cunho empresarial, contaram com o apoio de órgãos governamentais no que diz respeito a crédito, financiamento e tecnificação via cooperativa (caso dos japoneses), o que assegurava sua estabilidade, uma vez que os pecuaristas assumiram o poder político e passaram a constituir as autoridades locais (prefeito, vice-prefeito, padre, tabelião, etc. (Folha, 1990)).

Baseados em O. G. Velho (1976, p. 175-6), observa-se que a migração de nordestinos em massa para a Amazônia “*como força de trabalho excedente, uma vez que a plantation apresentava limites no que diz respeito a absorção da população (...) nos mostra*

em tempos mais recentes, que essa migração, embora nem sempre fosse definitiva (...) pode ter servido em certos casos como um expediente para a manutenção da unidade familiar”.

Nas comunidades aqui enfocadas como exemplos, constata-se que a fragilidade do domínio dos meios de produção, as perdas e os riscos constantes da exploração do capital usuário³ sobre o pequeno produtor (camponês ou pescador), fazem com que cada vez mais se tornem precárias e difíceis as condições de reprodução destas unidades.

A mudança ocorrida na comunidade do Pontal (AL) diante da implantação do polo cloroquímico (SALGEMA) e a determinação pelo governo local da comunidade como ponto turístico, evidencia as alterações na relação homem-mulher, e a situação de conflito face o esvaziamento de seus papéis tradicionais, na medida em que a garantia da manutenção familiar assenta-se historicamente numa economia de subsistência em que a atividade da mulher, quase sempre é considerada pela própria mulher, como ajuda.

Fato semelhante ocorre em Castanhal (PA), onde as terras tradicionalmente ocupadas por uma agricultura de subsistência do pequeno produtor, ao serem ocupadas pela agricultura japonesa e pela pecuária, descaracterizaram o pequeno produtor, na medida em que expulsos da terra, não são absorvidos como mão-de-obra, pois o japonês, em geral, utiliza sua própria força de trabalho familiar e os pecuaristas embora necessitem de grandes extensões de terra, requerem pouca mão-de-obra.

³ Entende-se aqui como o capital produtor de juros que toma características peculiares “frente las personas y las classes o en condiciones em que los préstamos no se ajustan ni pueden ajustar-se al sentido del regimen capitalista de produccion (Marx. 1978, vol. III, p. 561).

A manutenção dessas comunidades (agrícolas e pesqueiras) sempre esteve atrelada à forma pela qual os homens trabalham para se manter, marcando e definindo espaços que expressam a estrutura econômico-social do grupo, seu modo de produção e reprodução, como se acontecer em comunidades dependentes da natureza e marcadas pela subsistência. Carece, porém, insistir enfaticamente, na relação espaço e sociedade, tratadas aqui como partes constituintes de um contexto e de uma instituição comum a toda sociedade – a família.

As definições sobre essas comunidades na maioria dos estudos, são feitas a partir de um espaço delimitado tomado como próprio, composto de terras, rios ou mar, praias e lagoas. Todas as atividades são efetuadas nesses espaços que refletem o espaço social, cuja a imbricação estabelece a ordem e o cumprimento do trabalho comunitário que caracterizam a economia local, semelhantemente ao que observaram Maldonado (1994) e Fensterseifer Woortmann (1992).

A brusca alteração ocorrida com a chegada de modos de produção capitalista nessas áreas, com atividades desvinculadas das dos pequenos produtores, instauram, de forma consciente, consequências na organização dos espaços, e, obviamente, nas relações de trabalho, na infra-estrutura, nas condições sócio-econômicas que deterioraram a ordem familiar, penalizando a qualidade de vida dos moradores. O desregramento doméstico que se instalou, somente agora – quase duas décadas depois – começa a dar sinais de diminuição, expressados no desenvolvimento de novas estratégias de sobrevivência. Todavia essas estratégias esbarram na identidade de gênero consolidados historicamente na instituição familiar que estabelece de forma imperiosa os papéis domésticos, masculino e feminino (Wesley, 1993).

O novo modelo de família – que não é privativo dessas comunidades⁴, surge da desfiguração do papel masculino como mantenedor do grupo doméstico, provocado pela perda do acesso aos meios de produção configurados no espaço físico, concebido como espaço para o trabalho masculino, excluindo a possibilidade do trabalhador ser favorecido pelo desenvolvimento econômico da produção.

A atividade feminina, alternativa mais rentável que os biscates que homem consegue, caminha, nas regiões pesqueiras, ao sabor da sazonalidade turística. Nas áreas rurais, nem sempre isso ocorre, mas se pôde observar a confecção de alimentos, bordados e artefatos de couro, que são vendidos nas feiras das cidades próximas. Entretanto, muitas vezes também essas alternativas são esvaziadas por intermediários ou negociantes, pungindo as famílias mais pobres cujos homens foram expropriados de sua força de trabalho.

Torna-se fundamental neste estudo uma ligeira análise das lutas simbólicas – que se acredita refletirem a sociedade envolvente – onde duas questões sobressaem para o alcance do entendimento das concepções de espaço e de hierarquia doméstica.

A imbricação espacial ínsita às organizações sociais que caracterizam as relações humanas, constituem a mediação entre homem e natureza, notadamente em sociedades de disposição não-capitalistas e pré-industriais, conforme depreende Bordieu

⁴ Análise mais aprofundada está sendo feita no projeto/ tese. O impacto das transformações contemporâneas sobre os arranjos conjugais no Brasil, com vistas ao Doutorado em 1996/ 1997.

(1958). Pode-se, então, afirmar, que a essencialidade da percepção do espaço físico entre pequenas comunidades, deve-se à própria organização dos espaços sociais que estabelecem, sobretudo, a produção e reprodução da comunidade, ressaltando-se os fenômenos da indivisibilidade e da imprevisibilidade da produção que se opõem, portanto, a visão de espaço como assinala Maldonado (1994) ao se referir às comunidades rurais.

A análise das mudanças ocorridas nos grupos domésticos face às alterações do espaço físico relativo ao trabalho do homem, exige o enquadramento de duas perspectivas; a perspectiva de Maldonado (1994) sobre a dificuldade em estabelecer equivalência no delineamento de fronteiras e territórios merítimos na forma como se faz em terra; e a perspectiva de Fensterseifer Woortmann (1992) que se atém a classificação de espaço no interior de cada comunidade, associada à identidade de gênero.

A utilização das duas concepções, deve-se ao fato de que a perda dos meios de produção do homem não significarem somente a perda do espaço físico. A diminuição do produto – não só no que diz respeito a quantidade, mas também no que se relaciona à qualidade, remete a um outro componente, aliás, componente importantíssimo nas atividades humanas, que é o tempo⁵.

⁵ Análise mais acurada está sendo feita na tese de doutorado, especialmente na diferença de concepção entre o homem simples e o homem de sociedades complexas e no que diz respeito a tempo, trabalho produção e existência.

3.2 – SOCIEDADE URBANA

A ruptura do modelo patriarcal da família presente em todas as regiões do país, constitui elemento de extrema sensibilidade na detecção das transições mais ínfimas, fugidias ou lentas, refletindo e refratando as transformações ocorridas, determinando a hierarquia doméstica, as formas inacabadas que se materializam nas estratégias presentes na cotidianidade, que esboçam futuras mudanças e sugerem novas formas de organizações domésticas; mas sempre se podem identificar vínculos do modelo patriarcal que são perceptíveis nas manifestações determinadas pelas relações de produção e pelas estruturas sócio-políticas que estabelecem a organização hierárquica das relações domésticas.

Os vínculos assimétricos implícitos nas relações familiares, onde em geral a mulher detém a responsabilidade e o homem a autoridade, caracterizam-se por relações de dominação e exploração, onde a casa (habitação ou lar) figuram como lugar privado, complexo, na medida em que libera e controla simultaneamente as tensões decorrentes do confronto entre natureza, cultura e sociedade.

A perda de acesso aos meios de produção – quer de áreas de pesca, de agricultura ou em centros urbanos -, projeta o homem para o espaço físico destinado historicamente à mulher, o que resulta não só numa situação caótica, pois instaura a contradição de regras e comportamentos pré-estabelecidos, face a desfiguração e esvaziamento do papel masculino do conteúdo tradicional, oposto à dependência atual a que estão sendo submetidos, sobretudo em segmentos não pertencentes a elite dominante.

A complementariedade, fundamental para a reprodução familiar e da força de trabalho, baseia-se não só no trabalho do homem como também nas atividades femininas, seja em grupos com atividades de subsistência, fora dos centros urbanos, seja nos

arranjos conjugais de segmentos menos favorecidos das grandes cidades, muitas vezes oriundos do campo ou de áreas de pesca, expulsos pela indústriatização, deteriorização do meio-ambiente ou grandes projetos, onde o homem se vê premido pelo desemprego ou pela exiguidade de ganhos.

O equilíbrio das relações domésticas repousa na assimetria das relações homem-mulher contida na complementariedade, desvelando o vínculo do modelo tradicional patriarcal, onde as atividades femininas não são consideradas trabalho, e a dependência ao ganho do homem é aceita como natural, na medida em que, seja qual for o contexto, o espaço físico *casa* é de domínio da mulher, onde ela desempenha sem obrigações (Wesley, 1993).

As transformações contemporânea apresentadas no capítulo anterior, podem ser percebidas como fontes de desequilíbrio da complementaridade que se caracterizava tradicionalmente por relações assimétricas.

O esvaziamento e a desfiguração dos papéis domésticos sobretudo em segmentos menos favorecidos⁶, leva a considerar que as relações domésticas se apresentam caóticos e imbuídos de extrema violência na vida privada, retratados na penúria alimentar, nas agressões verbais ou físicas, na ingestão de bebidas alcoólicas, no consumo de drogas, nas famílias sem homem, e na venda dos produtos anteriormente característicos do trabalho feminino. A venda desses produtos pelo homem, torna a mulher, em determinados

⁶ Não se considera segmento menos favorecido os indivíduos que vivem em estado de pobreza absoluta, mas sim os que estão localizados entre estes e os que compõem o segmento dominante. Maior análise, na tese já referenciada.

momentos durante a transação comercial, um ser invisível, distante do local da venda e dos olhos de forasteiros ou compradores, representando, assim a realidade, analisada na transparência do cotidiano, em trabalho anterior (Wesley, 1993).

A dificuldade, para não dizer a impossibilidade em aceitar que a manutenção familiar se deva, na cotidianidade, ao não trabalho da mulher, pernde-se às peculiaridades que identificam os produtos como restritos àquelas. A aceitação e até ajuda masculina nesse mister, corresponderia não só a inversão de papéis, como se viu em trabalho anterior, mas também em situação de subordinação com a qual o homem e a mulher ainda não conseguem lidar, considerando-se, por analogia, e num rasgo a-histórico, que o mesmo ocorreria com o senhor de escravos que se visse na contingência de se submeter de um momento para outro, àqueles.

A fragilidade que permeia a economia doméstica de camadas menos aquinhoadas na relação com setores econômicos dominantes do Estado, corresponde ao sistema capitalista numa primeira fase, onde ocorrem penalidades materiais para o sustento; seguidamente o sistema, embora não destrua, passa a desfigurar – (seja qual for o contexto) – em seu avanço e desenvolvimento, sistemas não se coadunem com a busca do ganho e do lucro, tornando-os em geral irreconhecíveis pelo enfraquecimento dos papéis e violentando as identidades historicamente estabelecidas a fim de melhor se consolidar.

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A corrosão das heranças sociais, resulta em grande parte da falência reflexiva de pôr e expôr a realidade contemporânea, sem os véus de posturas intelectuais que se consideram proprietárias do rigor e das certezas científicas, radicalizando arrogantemente posições negativas ao resgate de manifestações da humanidade. A necessidade urgente de descobrir a razão social da atual transição, revela a característica fundante do conhecimento científico real que é ser infinito e ilimitado. É essa face que é ignorada em geral pelos estudiosos que dedicam parte de suas vidas a estabelecer fronteiras demarcando e organizando a realidade, e que emperram, supõe-se a visualização da complexidade contemporânea.

O esvaziamento atual de teorias e valores científicos estabelecidos ao longo do processo civilizatório, mostra uma sociedade estranha ao homem, incapaz de conservar os vínculos de coesão sistêmica, originando os desequilíbrios e as instabilidades que especificam o aumento das desigualdades e da qualidade da vida.

A contemporaneidade parece se opor à configurações privadas e institucionais reiterando velozmente a gerência coletiva e não-social, que se baseia na produção de mercadorias que os recursos tecnológicos oferecem à países em desenvolvimento, a fim de manter o monopólio da criação de riquezas e da lei de valor que privilegia países centrais.

Ao se discutir a questão da família, seja de que região for, deve-se encarar o fato considerando diferentes valores tradicionais e ou regionais, para, assim, criar

elementos transformadores da atual situação de injustiça social, levando em conta sempre como pilar da sociedade o homem, visto aqui como elemento de uma instituição emergente que olvida as antigas instituições familiares, na busca do que se poderia chamar resgate da humanidade.

Embora pareça terrível tal perspectiva, ela é correspondente a um vôle que nos mostra o homem emergente como parte de um sistema de um engate da engrenagem social, que exige que a peça-homem seja atualizada, e não presa a uma visão passadista e remissiva desse drama, sem o que jamais se poderá conseguir o reordenamento e a compreensão de uma nova afetividade que permeará as relações domésticas.

Sem a pretensão de que este estudo seja um meteorito prodigioso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele desemboca, procurou-se evidenciar que só pelo fato de existir, a vida conjugal, como toda parceria doméstica, marca a possibilidade de desestruturação e reestruturação dessas redes e trajetos, constituindo-se indicação virtual de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que a família, compõe, concomitantemente, um efeito dessas filiações e um trabalho de deslocamento no seu espaço. Como informa Pecheux (1988) ao avaliar o discurso, não existe ligação sócio-histórica que não seja afetada de uma forma ou de outra, pelo que entende-se como erro ou falha de alguém sobre o objeto de identificação, proporcionando, talvez uma das razões que fazem com que exista algo como sociedades e histórias, e não apenas uma superposição caótica ou uma integração supra-orgânica perfeita de animais humanos interagindo.

4.1 – Política e Estratégia

A família é considerada prioridade na Expressão Psicossocial. Torna-se necessário, portanto, que também seja assim considerada pelo governo do Estado Brasileiro, efetivando sua inserção no processo de desenvolvimento nacional.

Considerando-se que as colocações neste breve estudo prende-se muito mais a realidade do que a montagens fraudulentas, a resposta, como toda boa resposta, não é urdida; provém da racionalização do analisado, na rigorosa verificação de que os homens só se colocam questionamentos que estão habituados a solucionar.

4.1.1 – No Campo Psicossocial:

4.1.1.1 – Política:

Orientar, sem impor, a formação de grupos domésticos:

Estratégia: reconstruir sem mito e sem mística o caráter de segurança doméstica, seja qual for o modelo conjugal, suprindo desta forma, as falhas que o sistema social atual apresenta, assistindo e respeitando as parcerias que emergem.

4.1.1.2 – Política

Elevar o nível educacional via meios de comunicação.

Estratégia: aperfeiçoar através dos meios de comunicação mais acessíveis

(rádio e televisão), informações que acrescentem o conhecimento, encaminhando programações que elevem o nível e o padrão de notícias própria do mundo sócio-econômico.

4.1.2 – No Campo Econômico:

4.1.2.1 – Política

Restabelecer a razão trabalho, adaptando o homem a evolução tecnológica.

Estratégia: criar cursos de qualificação profissional consistentes, mas urgentes, que pelo esclarecimento, devam preparar o homem às contínuas transformações, sem anulá-lo, evitando distorções sistêmicas que comprometam sua qualidade vida.

4.1.3 – No Campo político:

4.1.3.1 – Política

Repensar e refazer a importância da política e dos políticos como responsáveis pelo desenvolvimento nacional.

Estratégia: centrar esforços, através dos meios de comunicações, na evidência dos malefícios causados pela escolha aleatória de representantes políticos. Esclarecer a urgência de um projeto nacional que preserve não só a soberania, mas também a autonomia que caracteriza o regime democrático, evitando distorções partidárias e econômicas que comprometam a ação política do Estado.

4.1.3.2 – Política

Levar os grupos domésticos a participarem do processo decisório.

Estratégia: ampliar as atividades comunitárias de bairros onde sejam esclarecidos os vários pontos de um planejamento da ação política, preparando e insitando as pessoas para debates não partidários e não religiosos, mostrando a necessidade de aglutinar esforços direcionados a reflexão ao papel do país na política internacional.

4.1.3.3 – Política

Esclarecer o que seja segurança nacional e segurança pública:

Estratégia: planejar programas que esclareçam as origens da violência atual e demonstrar as funções das polícias cível e militar, e o papel das Forças Armadas na preservação das instituições, onde se inclui a família.

4.2 – CONCLUSÃO

A característica contemporânea da família, é que ela deixou de ser

definitivamente privada; deixou de ser um elemento de utopia e passou a ser um elemento de negócios, um elemento de processos produtivos.

A incapacidade ou atraso tecnológico de determinadas regiões do país – especialmente regiões Norte e Nordeste – constitui óbice a mudança na velocidade em que se processa em outras partes, o que determina um paradigma da família nacional, independente do que se possa pensar sobre esta instituição, ou sobre a manutenção das contradições de uma exploração de dimensões nacionais e internacionais, o que torna irrelevante o modelo tradicional patriarcal brasileiro.

A reflexão que constrói a consciência, aponta para a capacidade e competência de que o homem deve se revestir, a fim de correr junto com a evolução científica e tecnológica. Todavia, a realidade nacional que se desenhou durante o estágio realizado em 1995 na ESG, é deveras dramática, face o agigantamento do quadro de contrastes regionais e sociais, restando o dilema para o qual não se tem resposta de significado coletivo e se constitui fonte de angústia de pessoas que querem transformar o centro das desigualdades, mas que são impedidas pelos que realmente decidem, cegos as mudanças mundiais que podem levar o país a fragmentação de seu território e a perda de sua soberania.

As sociedades resultantes do povoamento das Américas, dizimadas posteriormente pelo colonizador europeu – que munido da capacidade de agredir e desestabilizar a harmonia biótica conduziu à miséria a vida humana -, perpetuou-se no comportamento político agressivo, na luta por dinheiro e prestígio, no descuido dos problemas humanos. Esses comportamentos também são procedentes algumas vezes das comunidades científicas de forma imperdoável, visto que são de uma sociedade que sempre

encontra recursos suficientes para resolver os problemas que dizem respeito a interesses individuais (Pinto, 1990).

A falta de coragem ou discernimento para discutir os problemas nacionais, onde se insere a família, resulta em macaqueações encobertas em roupagens jurídicas⁷ que se tornam obsoletas, face o esvaziamento de valores correspondentes ao modelo tradicional que sufocam questões mais complexas que envolvem o meio doméstico.

Tendo sempre presente a adoção de uma conduta científica ao fato de considerar que a existência humana, em suas múltiplas facetas, contém uma vitalidade expressada nas relações intrínsecas às estruturas sociais, pode-se perceber o entrecruzamento no cotidiano dessas relações diante da realidade e dos acontecimentos. A tensão e a tenção que se estabelecem na domesticidade advém do conflito entre o modelo tradicional (seja ele qual for, nuclear ou polinuclear) e as transformações que se vêm operando, travadas de quando em quando por regras e padrões comportamentais pré-fixados e que auxiliados pelas crenças, instauram a contradição.

Os valores culturais internalizados são geradores da violência no meio doméstico, incluindo-se nestes os homicídios, fatos sociais normais que denotam a evolução, o que mostra, embora escandalizando a sociedade, que esses acontecimentos, apesar de considerados ameaças à ordem social são características do desenvolvimento, conforme Durkheim assinalou (1977).

⁷ O aspecto jurídico é alvo de análise em capítulo que está sendo elaborado na tese para o doutoramento.

É nesse contexto que se lança o convite à pesada tarefa de refletir, pensar e transformar o Brasil contando somente com a vontade e o trabalho de fazer do dever ser uma realidade onde homem desponte como objetivo central, na certeza de que o resultado da jornada não tem garantia e não pertence a ninguém, porque é a cada momento, um pouco de todos nós.

Referências Bibliográficas

1. **BEILLEVAIRE, Patrick** *La familia, instrumento e modelo de la nacion Japonesa*. In LEBRUN, François & BURGUIÉRE, André (ORGS) *História de la familia*. Madri I Alianza, Editorial, 1988, V.2.
2. **BOURDIEU, Pierre**, Sociologia de l'Algerie. *Collection Que Saisié?:* Presses Universitaires de France, 1958
3. **CASTAN, Ives**. Política e vida privada. In LEBRUN, François & BURGUIÉRE, André (ORGS). *História de la familia*. Madri: Alianza Editorial. 1988, V.2.
4. **DOZON, Jean-Pierre**. En Africa, la familia en la encrucipada de caminnos. In LEBRUN, François & BURGUIÉRE, André (ORGS). *História de la familia*. Madri: Alianza Editorial. 1988, V.2.
5. **DURKHEIM, Emile**. *O suicídio*. Lisboa: Presença, 1977.
6. **FARGUES, Philippe**. *El mundo árabe: la ciudadela doméstica*. LEBRUN, François & BURGUIÉRE, André (ORGS) *História de la familia*. Madri: Alianza Editorial. 1988, V.2.
7. **FESTERSEIFER WOORTMANN, Ellen**. *Da complementariedade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras*. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, Ano 7, nº 18. 1992.
8. **FOLHA, Maria Helena de Amorim**. *Colonização, terra e o pequeno agricultor: modificações face a escassez da terra*. Revista do CHLA, Maceió: CHLA/UFAL, 5:50-9, Abril 1990.
9. **GUILHERME, Velho Otávio**. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo e Rio de Janeiro: Corpo e Alma do Brasil. DIFEL, 1976.
10. **LEBRUN, François & BURGUIÉRE, André**. *Las mil y una familias de Europa*. LEBRUN, François & BURGUIÉRE, André (ORGS). *História de la familia*. Madri: Alianza Editorial, 1988, V.2.
11. **MARX, Karl**. *El capital*, reimp. Mexico: Fondo de Cultura Econômica, 1978, V.1.
12. **MALDONADO, Simone Carneiro**. *O Caminho das pedras; percepção e utilização do espaço na pesca simples*, Série Pesquisa. Maceió: SANT/CSO/UFAL, 1:7-13, 1994.
13. **PECHEUS, Michel**. *Semântica e discurso*. Campinas: UNICAMP, 1988.
14. _____, **Michel**. *Analyse Automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969.
15. **PEREIRA, Luiz**. *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo DIFEL, 1965.
16. _____, **Luiz**. *Estudos sobre o Brasil contemporâneo*. São Paulo: Pioneira, 1971.
17. **PINTO, Lúcio Flávio**. (fonte policopiada; dados incompletos).
18. **PROST, Antoine**. *Fronteiras e espaços do privado*. In LEBRUN, François & BURGUIÉRE, André (ORGS) *História de la familia*. Madri: Alianza Editorial, 1988, V.2.
19. **REICHE, Reimut**. *Sexualité et lutte de classes*. Paris: Maspero, 1971.
20. **SEGALEN, Martine**. *La revolución industrial: del proletario al burgues*. In LEBRUN, François & BURGUIÉRE, André (ORGS) *Historia de la familia*. Madri: Alianza Editorial, 1988, V.2.

21. **VELHO, Gilberto.** *Individualismo e cultura.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.]
22. **VICENT, Gerard.** *Uma história do segredo.* In **LEBRUN, François & BURGUIÉRE, André (ORGS)** *História de la familia.* Madri: Alianza Editorial, 1988, V.2.
23. **WESLEY, Maria Helena de Amorim.** *Obscenidade e sexualismo domésticos.* Maceió: Editoração própria, 1993.
24. _____, **Maria Helena Amorim.** *A tessitura das redes e das rendas.* Revista do CHLA, Maceió: CHLA/UFAL, 8:107-14, Jan. 1994. **WOORTMANN, Klaus.** *A familia das mulheres.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.